

PROJETO DE LEI Nº 5.807, de 2013

Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração – ANM, e dá outras providências

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se ao art. 22, *caput*, o inciso IX com a seguinte redação:

“Art. 22.

.....
XI – manifestar-se previamente sobre a criação e alteração de unidades ou áreas destinadas à tutela de interesses que importem restrição ou impedimento à atividade de mineração por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por desiderato incluir, no rol das competências do CNPM, a obrigação de ser ouvido previamente sobre a criação e alteração de unidades ou áreas destinadas à tutela de interesses que importem restrição ou impedimento à atividade de mineração por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A medida visa garantir o melhor conhecimento e aproveitamento do patrimônio geológico do país e prevenir a ocorrência de conflitos em razão da não observância de critérios técnicos na criação e alteração das áreas em questão, em homenagem à preservação do real conceito de desenvolvimento sustentável.

Sala das Sessões, em de julho de 2013

DEPUTADO
PSD/

3072BBE800

3072BBE800